

DATALUTA



BOLETIM DATALUTA

Uma publicação do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – NERA.
Presidente Prudente, novembro de 2020, número 155. ISSN 2177-4463.

www.fct.unesp.br/nera

ARTIGO DATALUTA

BREVES REFLEXÕES SOBRE O ESPAÇO AGRÁRIO PARAIBANO A PARTIR DOS CENSOS AGROPECUÁRIOS 2006 - 2017

ARTIGO DO MÊS

ADESTRANDO TERRITÓRIOS E MENTES: A VALE E SUA ATUAÇÃO NA CULTURA DAS COMUNIDADES MARANHENSES AO LONGO DO CORREDOR DE CARAJÁS: APONTAMENTOS A PARTIR DA METODOLOGIA EM GEOGRAFIA

Acesse aqui: <https://www.fct.unesp.br/#!pesquisa/dataluta/periodicos-dataluta/boletim-dataluta/>

EVENTOS

XXV Encontro Nacional de Geografia Agrárea – ENGA 2021

UEPA/Belém – Pará, 07 a 14 de abril de 2021.

XX Encontro Nacional Geógrafas e Geógrafos – ENG 2021

USP/São Paulo – São Paulo, julho de 2021 (data a definir).

PUBLICAÇÕES, VÍDEOS E POD TERRITORIAL



Experiências históricas de Reforma Agrária no mundo.

Org.: João Pedro Stédile.

Este livro, primeiro volume de uma coleção sobre a reforma agrária no mundo, apresenta o debate em torno das diferentes experiências de reforma agrária nos diferentes países, uma vez que o conhecimento destas experiências é uma grande lacuna imposta a nós pela hegemonia dos interesses do capital e do latifúndio como um todo.

WEBINAR REDE DATALUTA



Webinar Rede DATALUTA

Realização: Rede DATALUTA.

Canal de webinares da Rede DATALUTA, a rede de grupos de pesquisas em Geografia Agrária mais ampla do Brasil. Confiram os vídeos que já estão disponíveis, resultados de seminários virtuais com os mais variados temas!

Para ver:

[https://www.youtube.com/c/REDEDATA_LUTA/videos.](https://www.youtube.com/c/REDEDATA_LUTA/videos)



PodCast Unesp – Pod Territorial.

Autores: Vários

O Podcast Unesp, em parceria com a Cátedra Unesco Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial, publica semanalmente noticiário sobre Reforma Agrária, povos de diferentes etnias, questões geográficas e outros assuntos que colaboram significativamente no desenvolvimento social.

Para ouvir/baixar:
<http://podcast.unesp.br/>.

EQUIPE:

Revisão e Editoração: Danilo Valentin Pereira, Lucas Pauli (bolsista FAPESP), Lara Dalperio Buscioli (bolsista FAPESP), Aline Albuquerque Jorge (bolsista Capes), Angela dos Santos Machado (bolsista Capes),

Lucas de Brito Wanderley (bolsista Capes) e Guilherme Magon Whitacker (bolsista FAPESP).

Coordenação: Janaína F. S. C. Vinha, Eduardo P. Girardi, Valmir J. de O. Valério (bolsista FAPESP) e Danilo Valentin Pereira.

Leia outros números do BOLETIM DATALUTA em

<https://www.fct.unesp.br/#!pesquisa/dataluta/rede-dataluta/>

BREVES REFLEXÕES SOBRE O ESPAÇO AGRÁRIO PARAIBANO A PARTIR DOS CENSOS AGROPECUÁRIOS 2006 - 2017

Lucas Araújo Martins

Mestrando em Geografia – UNESP - Presidente Prudente
Membro do Grupo de Estudo sobre Espaço, Trabalho e Campesinato (GETEC)
lucas.a.martins@unesp.br

INTRODUÇÃO

Esse texto tem como objetivo contribuir com reflexões sobre as transformações recentes no espaço agrário paraibano a partir de dados censitários dos anos de 2006 e 2017, com ênfase em variáveis sobre a produção agropecuária e a estrutura fundiária. Destaca-se aqui que essas informações possibilitam entender sobre as dimensões nefastas do desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro e seus aspectos desiguais e injustos.

O Censo Agropecuário é a principal pesquisa institucional que retrata a realidade agrária no Brasil, realizada atualmente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), possui uma longa trajetória que é iniciada em 1920, por seu caráter censitário pretende reunir dados em todas os estabelecimentos rurais. Apesar de ter uma rica e consolidada história já deixou de ser realizado, na década de 30 do século passado e, recentemente, passou por adiamentos em 2006 e 2017. Tal fato dificulta as comparações entre censos, pois em alguns casos além da periodicidade, há variações no uso do ano de referência, alguns utilizam o ano civil, outros, o ano-safra¹.

Ainda assim, o Censo é um importante aporte para pesquisadores que tem se proposto a estudar diferentes dimensões da questão agrária brasileira. Trabalhos como o de Barbosa, Mitidieiro Junior e Sá (2017), conseguem demonstrar por meios desses indicadores que os pequenos produtores agropecuários no Brasil, em 2006, foram responsáveis por produzir os alimentos que chegam na mesa do brasileiro. Em alguns casos, o que foi produzido por esses sujeitos representaram mais de 70% do total produzido, como é o exemplo da cebola (94,1%), do feijão fradinho (88,9%) e do feijão preto (88,1%).

Dessa forma ao reconhecer a relevância do Censo, não se busca esgotar e preencher todas as lacunas nas discussões, objetiva-se aqui, com esse texto, uma breve introdução aos temas supracitados contribuindo com reflexões sobre as especificidades recentes paraibanas.

ANÁLISE DOS DADOS

Conforme os censos de 2006 e 2017, na Paraíba o número de estabelecimentos agropecuários passou de 160.052 para 161.656 aumentando em 1.604 e a área total era 3.787.403 hectares (ha) e diminui em 362.864 (ha), totalizando 3.424.539 (ha), ver tabela 1.

Tabela 1 – Paraíba: número de estabelecimentos agropecuários e área (2006 e 2017)

¹ Corresponde ao período entre o 3º trimestre de um ano e o 2º trimestre do ano seguinte.

Classes de área	Pequeno (0 a 100 ha)		Médio (100 a 500 ha)		Grande (500 ha acima)		
	Ano	2006	2017	2006	2017	2006	2017
Número de estabelecimentos agropecuários com área (Unidades)	Nº	152.797	155.477	6.199	5.297	1.056	882
	%	95%	96%	4%	3%	1%	1%
Área dos estabelecimentos agropecuários (Hectares)	Nº	1.491.825	1.457.087	1.230.937	1.047.389	1.064.641	920.063
	%	39%	43%	33%	31%	28%	24%
Média de área		9,76	9,37	198,57	197,73	1.008,18	1.043,16

Fonte: Censo Agropecuário IBGE (2006-2017)

Organização: Lucas Araújo Martins

Na tabela 1, é possível observar o número e área dos estabelecimentos agropecuários por classes de área em hectares (ha). Opta-se pela classificação da Paraíba utilizada por Barbosa e Mitidieiro Junior (2017) que considera pequenos os estabelecimentos de mais de 0 hectares (ha) até 100 ha, os médios os estabelecimentos de 100 a 500 ha e os grandes os estabelecimentos de 500 ha acima. Essa classificação tem como base a Lei Agrária de 1993 que regulamenta os dispositivos legais para realização da reforma agrária, bem como as pesquisas que analisaram a estrutura fundiária e a produção agropecuária brasileira, entre elas os trabalhos de Oliveira (2003) e Girardi (2008)².

Nota-se que o pequeno, apesar de representar a maior parte dos números de estabelecimentos (95% e 96%), tem uma área significativamente menor (39% e 43%). Quantitativos que seguem uma lógica inversa no médio e no grande com áreas proporcionalmente maiores ao número de estabelecimentos. Observa-se com esses valores a manutenção da desigual distribuição fundiária.

Apesar da persistência desse *status quo*, houveram alterações recentes na estrutura fundiária geradas pela redistribuição de terras proporcionada pela continuidade da política de reforma agrária, como sugerem Moreira e Targino (2014). E conforme Barbosa e Mitidieiro Junior (2017), também existem processos de transferência e fragmentação de grandes propriedades para familiares, objetivando evitar a desapropriação para fins de reforma agrária.

De todo modo, apenas a transferência e fragmentação de estabelecimentos preexistentes parecem insuficientes para explicar o fenômeno. Pois, salta-se aos olhos, que nesse período houve a queda generalizada da área sob domínio dos estabelecimentos em todas as categorias, seja pequeno, médio ou grande. Observa-se que os grandes e médios perderam em números absolutos e percentuais bem mais que os pequenos, inclusive. Assim, é necessário o aprofundamento de pesquisas para entender e explicar essas dinâmicas.

Outra variável importante é a utilização das terras que possibilita uma maior compreensão sobre a dinâmica da ocupação territorial, observar a tabela a seguir.

² Por serem trabalhos que analisam o Brasil, não se debruçam em especificidades regionais, utilizam como pequenos classes de área até 200 ha, médios de 200 a 2.000 ha, grandes acima de 2.000 há.

Tabela 2 – Paraíba: utilização das terras por área (2006 e 2017)

Classes de área	Pequeno		Médio		Grande	
	(0 a 100 ha)	(100 a 500 ha)	(100 a 500 ha)	(500 ha acima)	2006	2017
Ano	2006	2017	2006	2017	2006	2017
Lavouras	Nº	399.690	261.651	131.766	52.736	132.195
	%	60%	59%	20%	12%	20%
Pastagens	Nº	611.035	449.125	592.915	365.175	476.796
	%	36%	41%	35%	34%	28%
Matas e/ou florestas	Nº	272.559	592.784	320.417	545.177	303.270
	%	30%	39%	36%	36%	34%
Sistemas Agroflorestais	Nº	100.826	25.356	101.306	30.797	74.875
	%	36%	36%	37%	44%	27%
Áreas não ocupadas¹	Nº	107.751	128.174	84.534	52.918	77.481
	%	40%	59%	31%	24%	29%

Fonte: Censo Agropecuário IBGE (2006-2017)

Organização: Lucas Araújo Martins

* Áreas não ocupadas, seja com lavouras, matas e/ou florestas, pastagens e sistemas agroflorestais.

A tabela 2 informa os diferentes usos da terra na Paraíba, mostra ao observar os valores absolutos em 2006 que a maior parte das terras dos estabelecimentos eram destinadas principalmente para a pastagem em todas as classes de área, porém esse protagonismo é alterado em 2017, onde matas e/ou florestas passam a representar o maior valor absoluto de uso. O crescimento de matas e/ou florestas 633.243 (há) pode ter explicação pela criação e ampliação de reservas legais, pelo replantio de matas e florestas, ou mesmo por mudanças legislativas. Vale destacar que a conservação formal de dada área, por vezes, não evita a exploração ou destruição de fato.

Os dados percentuais por classe de área, demonstram o protagonismo dos pequenos em relação aos demais no uso de lavouras em 2006 e 2017, mesmo com a redução da área nesse ano, fato que se repete com a redução das pastagens e com o aumento das áreas não ocupadas. Nas matas e/ou florestas o predomínio é dos médios em 2006 e em 2017 dos pequenos. E nos sistemas agroflorestais dos médios em ambos os anos. Os grandes não representam a maior parte em nenhum desses usos da terra. Na tabela 2 chama particularmente a atenção a participação dos pequenos na produção de alimentos.

A seguir (tabelas 3, 4, 5 e 6) haverá um maior detalhamento no número, área, quantidade produzida e valor de produção das lavouras temporárias.

Tabela 3 – Paraíba: principais lavouras temporárias em número de estabelecimentos (2006 e 2017)

Classes de área	Pequeno	Médio	Grande

Ano	(0 a 100 ha)		(100 a 500 ha)		(500 ha acima)	
	2006	2017	2006	2017	2006	2017
Milho em grão	Nº	95.559	80.581	3.503	1.600	510
	%	96%	98%	4%	2%	1%
Feijão fradinho em grão	Nº	70.688	72.885	2.488	1.352	340
	%	96%	98%	3%	2%	0%
Fava em grão	Nº	19.005	33.017	199	197	15
	%	99%	99%	1%	1%	0%
Mandioca (aipim, macaxeira)	Nº	20.731	26.684	106	99	18
	%	99%	100%	1%	0%	0%
Feijão verde	Nº	21.205	23.570	551	290	84
	%	97%	99%	3%	1%	0%
Feijão de cor em grão	Nº	19.302	16.149	354	126	65
	%	98%	99%	2%	1%	0%
Abóbora, moranga, jerimum	Nº	6.314	14.705	152	192	24
	%	97%	99%	2%	1%	0%
Feijão preto em grão	Nº	4.692	7.619	62	28	6
	%	99%	100%	1%	0%	0%
Forrageiras para corte	Nº	1.211	4.637	158	333	38
	%	86%	92%	11%	7%	3%
Melancia	Nº	2.589	4.480	199	176	35
	%	92%	96%	7%	4%	1%

Fonte: Censo Agropecuário IBGE (2006-2017)

Organização: Lucas Araújo Martins

O Censo demonstra que na Paraíba o milho, o feijão (fradinho, verde, preto), a mandioca, os gêneros alimentícios acima estão entre as principais lavouras temporárias em números de estabelecimentos, em todos esses casos o pequeno representa mais de 90% do total.

Tabela 4 – Paraíba: principais lavouras temporárias em área colhida (2006 e 2017)

Classes de área	Pequeno		Médio		Grande	
	(0 a 100 ha)		(100 a 500 ha)		(500 ha acima)	
Ano	2006	2017	2006	2017	2006	2017
Cana-de-açúcar	Nº	13.497	2.630	16.465	5.280	50.203
						96.856

	%	17%	3%	21%	5%	63%	92%
Milho em grão	Nº	30.4255	38.560	30.533	26.154	4.281	3.850
	%	90%	56%	9%	38%	1%	6%
Classes de área	Pequeno			Médio		Grande	
	(0 a 100 ha)		(100 a 500 ha)		(500 ha acima)		
Ano	2006	2017	2006	2017	2006	2017	
Feijão fradinho em grão	Nº	178.973	33.486	13.402	19.334	3.139	2.304
	%	92%	61%	7%	35%	2%	4%
Mandioca (aipim, macaxeira)	Nº	19.685	11.382	440	2.624	39	343
	%	98%	79%	2%	18%	0%	2%
Feijão de cor em grão	Nº	40.906	8.541	2.687	3.642	251	300
	%	93%	68%	6%	29%	1%	2%
Feijão verde	Nº	34.670	8.048	2.293	3.047	502	433
	%	93%	70%	6%	26%	1%	4%
Sorgo forrageiro	Nº	354	1.186	407	2.213	166	3.932
	%	38%	16%	44%	30%	18%	54%
Fava em grão	Nº	16.252	54.59	384	1.490	28	121
	%	98%	77%	2%	21%	0%	2%
Forrageiras para corte	Nº	35.6321	1.471	7.973	2.429	1.707	1.479
	%	97%	27%	2%	45%	0%	27%
Milho forrageiro	Nº	1.248	860	599	1.587	189	1.947
	%	61%	20%	29%	36%	9%	44%

Fonte: Censo Agropecuário IBGE (2006-2017)

Organização: Lucas Araújo Martins

No período analisado houve redução na área total das lavouras, o pequeno estabelecimento continuou tendo destaque entre as classes de área. Na tabela 4, observa-se a diminuição da produção do feijão, acompanhada do crescimento da cana-de-açúcar em propriedades acima de 500 ha. Nota-se que anteriormente esse cultivo não estava nem entre as 10 principais lavouras em número de estabelecimentos (tabela 1) e é colhida sobretudo em grandes propriedades.

Vale ressaltar que a produção canavieira tem uma importância histórica nos processos de ocupação do território paraibano. De acordo com Moreira e Targino (1997), emergiu como agente catalisador da colonização, gerindo o processo de povoamento da costa oriental do Nordeste, caracterizado pelo trabalho

escravo, pela concentração fundiária e pela monocultura, dinâmicas econômicas e sociais que encontram paralelos na atualidade. A tabela 1 demostra sua presença e relevância na produção da Paraíba ainda hoje.

Tabela 5 – Paraíba: principais lavouras temporárias em quantidade produzida - 2006 e 2017

Classes de área	Pequeno		Médio		Grande	
	(0 a 100 ha)	(100 a 500 ha)	(100 a 500 ha)	(500 ha acima)	2006	2017
Ano	2006	2017	2006	2017	2006	2017
Cana-de-açúcar (Toneladas)	Nº	560.177	345.982	713.671	749.256	2.325.551
	%	16%	7%	20%	15%	65%
Abacaxi (Mil frutos)	Nº	5.2926	76.518	4.525	16.203	9.840
	%	79%	83%	7%	17%	15%
Mandioca (aipim, macaxeira) (Ton.)	Nº	88.694	75.980	3.077	2.951	246
	%	96%	96%	3%	4%	0%
Classes de área	Pequeno		Médio		Grande	
	(0 a 100 ha)	(100 a 500 ha)	(100 a 500 ha)	(500 ha acima)	2006	2017
Ano	2006	2017	2006	2017	2006	2017
Sorgo forrageiro (Toneladas)	Nº	3.470	30.496	5.493	15.293	2.300
	%	31%	49%	49%	24%	20%
Forrageiras para corte (Toneladas)	Nº	1.166.995	44.764	30.647	9.915	4.854
	%	97%	76%	3%	17%	0%
Milho em grão (Toneladas)	Nº	175.372	33.467	20.139	2.152	3.873
	%	88%	93%	10%	6%	2%
Cana forrageira (Toneladas)	Nº	8.694	9.643	2.344	6.114	1.206
	%	71%	54%	19%	34%	10%
Milho forrageiro (Toneladas)	Nº	3.567	10.099	4.416	4.940	537
	%	42%	58%	52%	29%	6%
Feijão fradinho em grão (Toneladas)	Nº	72.418	10.494	4.986	464	926
	%	92%	94%	6%	4%	1%
Feijão verde (Toneladas)	Nº	18.958	7.306	1.393	148	232
	%	92%	97%	7%	2%	1%

Fonte: Censo Agropecuário IBGE (2006-2017)

Organização: Lucas Araújo Martins

Na Paraíba, conforme a tabela 5, a maior parte dos alimentos que chegam à mesa da população são produzidos em estabelecimentos menores de 100 ha. Devido às qualidades próprias dos cultivos que refletem diferentes medidas é difícil criar comparação entre eles, alguns são medidos em toneladas outros em quantidades de frutos. Evidencia-se a relevância da cana-de-açúcar na produção dos grandes estabelecimentos, enquanto o milho e o sorgo têm destaque para os médios. Nas demais culturas, as pequenas propriedades atingem patamares de produção superiores a 50% e em alguns casos superam os 90%.

Tabela 6 – Paraíba: principais lavouras temporárias por valor da produção (mil reais) - 2006 e 2017

Classes de área	Pequeno		Médio		Grande	
	(0 a 100 ha)	(100 a 500 ha)	(100 a 500 ha)	(500 ha acima)	(500 ha acima)	
Ano	2006	2017	2006	2017	2006	2017
Cana-de-açúcar	Nº	50.311	11.231	45.516	24.409	111.363
	%	24%	3%	22%	5%	54%
Abacaxi	Nº	17.763	33.816	1.499	31.348	4.378
	%	75%	41%	6%	38%	19%
Mandioca (aipim, macaxeira)	Nº	20.855	49.818	826	13.187	42
	%	96%	76%	4%	20%	0%
Milho em grão	Nº	64.945	20.515	8.019	14.782	2.072
	%	87%	53%	11%	39%	3%
Feijão fradinho em grão	Nº	61.216	13.550	3.960	8.162	717
	%	93%	59%	6%	36%	1%
Classe de área	Pequeno		Médio		Grande	
	(0 a 100 ha)		(100 a 500 ha)		(500 ha acima)	
Ano	2006	2017	2006	2017	2006	2017
Feijão verde	Nº	14.418	8.848	1.301	2.825	281
	%	90%	74%	8%	24%	2%
Forrageiras para corte	Nº	47.558	1.982	2.529	3.104	594
	%	94%	31%	5%	49%	1%
Sorgo forrageiro	Nº	842	1.287	1.053	1.938	263
	%	39%	21%	49%	31%	12%
Feijão de cor em grão	Nº	16.039	4.086	1.256	1.681	137
	%	92%	69%	7%	28%	1%

Abóbora, moranga, jerimum	Nº	1.420	3.469	91	1.373	10	244
	%	93%	68%	6%	27%	1%	5%

Fonte: Censo Agropecuário IBGE (2006-2017)

Organização: Lucas Araújo Martins

Ao analisar o valor das produções das principais lavouras temporárias da Paraíba se constata que as pequenas propriedades contribuem em diversos cultivos, com índices superiores a 50%, mas que diminuem em termos absolutos e percentuais de 2006 a 2017. Os médios estabelecimentos em geral apresentaram crescimento nesse período. Nas grandes, por sua vez, com exceção da cana-de-açúcar e do sorgo em 2017, a representação desse estrato é pequena.

Tabela 7 – Paraíba: pessoal ocupado em estabelecimentos agropecuários total e sem laço de parentesco com o produtor - 2006 e 2017

	Pessoal ocupado em estab. agropecuários (Pessoas)	Pequeno (0 a 100 ha)		Médio (100 a 500 ha)		Grande (500 ha acima)	
		2006	2017	2006	2017	2006	2017
Pessoal ocupado em estab. agropecuários (Pessoas)	Nº	434.321	389.572	28.431	20.506	10.821	12.973
	%	92%	92%	6%	5%	2%	3%
Pessoal ocupado em estab. agropecuários sem laço de parentesco com o produtor	Nº	59.178	52.632	13.223	9.883	7.721	11.285
	%	74%	71%	17%	13%	10%	15%

Fonte: Censo Agropecuário IBGE (2006-2017)

Organização: Lucas Araújo Martins

Os dados censitários demostram que, quase 430 mil, mais de 90% do total do pessoal ocupado no campo paraibano, em 2006 e 2017, estavam em pequenas estabelecimentos com menos de 100 ha. Desses, 59 mil não possuem laços de parentesco com os produtores, isso indica que esse grupo de área também é aquele que mais tem assalariados, apesar da produção ser eminentemente de caráter familiar. Os médios estabelecimentos são responsáveis por uma pequena parte do pessoal ocupado sem laços de parentesco com o produtor, respectivamente, 17% e 10%, em 2006 e 2017. Esses números são ainda menores se considerado o total do pessoal ocupado 5% e 3%. Os grandes estabelecimentos.

**Tabela 8 – Paraíba: Número de estabelecimentos agropecuários que obtiveram financiamento
por unidade (2006 e 2017)**

Classes de área	Pequeno (0 a 100 ha)		Médio (100 a 500 ha)		Grande (500 ha acima)		
	Ano	2006	2017	2006	2017	2006	2017

Número de estabelecimentos agropecuários que obtiveram financiamento (Unidades)	Nº	23.084	25.282	686	771	89	99
	%	97%	97%	3%	3%	0%	0%

Fonte: Censo Agropecuário IBGE (2006-2017)

Organização: Lucas Araújo Martins

Os dados censitários também demonstram que os principais beneficiários dos financiamentos, em números absolutos, são os proprietários de pequenos estabelecimentos agropecuários, tanto em 2006 quanto em 2017. Isso não significa que a maior parte dos estabelecimentos recebem financiamentos, menos de 7% dos pequenos estabelecimentos tiveram acesso aos financiamentos, esses créditos são importantes para custear a produção, auxiliar na comercialização das mercadorias e, ocasionalmente, para investimentos.

Vale destacar que a média de valores obtidos para financiamentos na Paraíba por pequenos, médios e grandes foi, respectivamente, de 2.890 R\$, 11.510 R\$ e 169.730 R\$. Ou seja, apesar de receber a maior quantia de financiamentos o valor repassado para os pequenos é muito menor que o valor repassado para as outras classes de área. Essa variável deixou de ser coletada e disponibilizada no censo de 2017, apesar da sua relevância para refletir sobre quem recebe recursos financeiros e as elaborações de políticas públicas de concessão de créditos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto é possível observar contribuições dos dados censitários para analisar a questão agrária. Por meio dessas informações nota-se que os pequenos estabelecimentos têm o maior número de propriedades, é responsável pela maior parte da produção das lavouras temporárias, quase a totalidade das pessoas ocupadas estão nessas terras, porém tem a menor área total e recebe proporcionalmente menos recursos financeiros.

As análises sobre esses dados têm limites e necessitam de mais aprofundamento, sobretudo, no detalhamento em nível municipal, pois as contradições não se expressam de maneira homogênea no espaço agrário paraibano.

Uma problemática relacionada aos dados censitários é a alteração das variáveis de um censo para o outro, resultando na não padronização, por exemplo, em 2017 o levantamento sobre os valores obtidos para financiamentos deixou de ser realizado, o que afeta em estudos sobre esse indicador. Assim, é importante que não ocorram exclusões de questões que possam afetar as análises da série histórica.

Há também algumas dificuldades ao comparar os valores dos cultivos, sejam particularidades e variações que envolvem (preço da produção e da venda) ou na quantidade (quilos ou litros), entre outros.

Por fim, vale ressaltar que além das variáveis utilizadas ao longo desse texto, sobre características dos estabelecimentos, lavouras temporárias, movimentação financeira e pessoal ocupado. Os censos também coletam informações sobre outros temas, entre eles: agroindústria rural, características dos produtores, extração vegetal, floricultura, horticultura, lavouras permanentes, pecuária, silvicultura,

Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). Ou seja, o Censo é uma base de dados muito rica para quem se propõe estudar o espaço agrário e sua complexidade.

REFERÊNCIAS

- GIRARDI, E. P. Proposição teórico-metodológica de uma cartografia geográfica crítica e sua aplicação no desenvolvimento do atlas da questão agrária brasileira. Tese de Doutorado. Universidade Estadual Paulista (UNESP), 347 f., 2008.
- BARBOSA, H. J. N.; MITIDIERO JUNIOR, M. A. O que os dados do Censo Agropecuário IBGE (2006) revelam sobre o espaço agrário paraibano? In: Barbosa, Anieres S.; Gutierrez, Henrique E. P.; Galvão, Josias C. (Org.). **Paraíba 2. Pluralidade e Representações Geográficas**. 1ed. Campina Grande: EDUFCG, 2017, v. 2, p. 1-420.
- IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo agropecuário 2006**. Rio de Janeiro: IBGE, 2006a. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2006/segunda-apuracao>>. Acesso em: 10 jun. 2007.
- _____. **Censo agropecuário 2017**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017a. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2017>>. Acesso em: 10 jun. 2007.
- MITIDIERO JUNIOR, M.A.; BARBOSA, H.J.N.; SÁ, T.H. QUEM PRODUZ COMIDA PARA OS BRASILEIROS? 10 ANOS DO CENSO AGROPECUÁRIO 2006. **Revista Pegada**, Presidente Prudente, v. 18, n. 3, p. 07-77, out. 2017. Quadrimestral.
- MOREIRA, E.; TARGINO, I. **Capítulos de Geografia Agrária da Paraíba**. João Pessoa, Editora da Universidade Federal da Paraíba, 1997.
- MOREIRA, E.; TARGINO, I.; ARAÚJO, N. Desempenho da agropecuária paraibana na década de 2000. **Revista Okara**, v. 8, p. 271-293, 2014.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Modernidade e Bárbarie: As transformações no campo e o agronegócio no Brasil. **Terra Livre**, v. 2, n.21, 2003.